Renúncia fiscal soma R$ 400 bi em 2017 e supera gastos com saúde e educação

Por Alexandro Martello, G1, Brasília

03/09/2017 05h00 Atualizado 03/09/2017 05h01

Ao mesmo tempo em que **luta para tentar reequilibrar as contas públicas, que vêm registrando nos últimos anos rombos bilionários sucessivos em um cenário de baixo nível de atividade e dificuldade para cortar despesas obrigatórias, o governo também concede benefícios gigantescos para setores da economia, regiões do país e até mesmo para as pessoas físicas**.

As chamadas renúncias tributárias, ou seja, a **perda de arrecadação que o governo registra ao reduzir tributos com caráter "compensatório" ou "incentivador" para setores da economia e regiões do país, estão estimadas em R$ 284 bilhões neste ano.**

Juntamente com os benefícios financeiros e creditícios (R$ 121,13 bilhões), os valores totais estão projetados em R$ 406 bilhões para este ano, com alta de 7,4% frente ao ano de 2016 (R$ 378 bilhões).

Os números são da Receita Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU).

**Nas renúncias, há uma miríade de benefícios.**

**Entre eles: Zona Franca de Manaus, para empresas do Simples, pessoas físicas (deduções do IR de saúde e educação), cesta básica, exportações, energia, empregados domésticos, donas de casas, indústria automobilística, pessoas com deficiências, entidades sem fins lucrativos, filantrópicas, subsídios do BNDES, informática, desporto e crianças e adolescentes (veja a lista no fim desta reportagem).**

As renúncias **são resultado de medidas adotadas principalmente no passado, por outros governos, mas algumas, como o novo Refis, programa de parcelamento, foram adotadas pelo governo Temer, ou mantidas, como a do Repetro (para a indústria petroleira).**

Mas outras foram encerradas, como a concessão de benefícios para o audiovisual.

**O governo Temer também quer reonorar a folha de pagamentos**, mas ainda precisa passar a medida pelo Congresso Nacional.

 **Alguns benefícios concedidos por governos anteriores estão sendo questionados pela Organização Mundial de Comércio (OMC).**

**O valor concedido em benefícios tributários e financeiros neste ano**

**supera todas as despesas com saúde e educação (sem contar pessoal),**

**Bolsa Família, benefícios de prestação continuada (BPC),**

**seguro-desemprego, abono salarial,**

**Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),**

**Fundeb e Fies, que, juntos, estão estimados em R$ 317,44 bilhões para todo ano de 2017.**

Segundo os números do Ministério do Planejamento, as renúncias de arrecadação previstas para este ano, com estes benefícios tributários e financeiros, também equivalem cerca de 32% das receitas totais do governo (última estimativa do governo, feita em agosto, de R$ 1,28 trilhão).

O que dizem analistas e setor produtivo

Segundo o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) e professor do Instituto de Direito Público, José Roberto Afonso, toda **renúncia deveria ser concedida prevendo custos e benefícios,** e posteriormente avaliações, regulares, se possível independentes para checar se estão sendo atendidos os seus objetivos, o que não acontece.

"Os casos de frustrações seriam os primeiros candidatos a revisão", afirmou.

Para Afonso, o mesmo ato que concedeu o benefício pode caçá-lo também. "Basta o governo tomar iniciativa de propor a revisão. **O caso recente do Repetro e do novo Refis foram desanimadores porque, de decreto a lei, apontaram no sentido oposto"**, declarou ele.

O **Sebrae, por sua vez, defendeu os benefícios para as micro e pequenas empresas, concedidas por meio do Simples Nacional** – programa que unifica e simplifica o recolhimento de tributos para o setor. De acordo com o órgão, os pequenos negócios são os responsáveis pela geração de renda de 70% dos brasileiros ocupados no setor privado.

"Mesmo com a retração da economia, o número de empreendimentos aumentou. Isso evitou uma maior estagnação do país. Se não houvesse o empreendedorismo de pequeno porte, o número de desocupados seria ainda maior", disse o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

Para ele, **as micro e pequenas empresas exercem uma função de "colchão social",** já que parte dos empregadores desse segmento conseguiu segurar muitos de seus funcionários e abrigar outros que se viram sem trabalho durante a crise econômica.

**Já a Zona Franca de Manaus celebrou neste ano 60 anos de existência. Os benefícios à região foram prorrogados em 2014 até 2074**. A Superintendência da Zona Franca (Suframa) avaliou em artigo que o modelo de negócios da Zona Franca é marcado por ser **"economicamente sustentável, socialmente justo e ambientalmente responsável".**

Renúncias tributárias x benefícios financeiros

Classificadas pelo Fisco como "perda de arrecadação", as renúncias tributárias, estimadas no valor de **R$ 284 bilhões** neste ano, foram concedidas pelos governos nas últimas décadas, permanecendo ainda vigentes, para estimular setores da economia ou regiões do país.

Entre elas, estão a perda de arrecadação com o Simples Nacional e com a Zona Franca de Manaus, e também benefícios para as pessoas físicas - como, por exemplo, as deduções no Imposto de Renda de Saúde e Educação, que beneficiam principalmente as classes média e alta.

A maior renúncia fiscal do governo, por exemplo, vai para as micro e pequenas empresas inscritas no Simples Nacional - que contam com tributação simplificada e menor do que as médias e grandes companhias do país. Somente nesse caso, a perda de arrecadação estimada para este ano é de R$ **82,99 bilhões - valor que é mais do que duas vezes o orçamento da Educação, estimada em R$ 31,36 bilhões para este ano.**

Quando **se faz a análise das renúncias por tributos (veja gráfico abaixo), aquele mais utilizado para dar benefícios é a Cofins, com R$ 64 bilhões estimados neste ano (desoneração da cesta básica, de medicamentos, e Simples Nacional, entre outros).**

Em seguida, vêm as renúncias feitas por meio da contribuição da previdência social, com R$ 62 bilhões em desonerações - **principalmente por conta da redução de tributos sobre a folha de salários** (que o governo quer diminuir), filantrópicas, Simples Nacional e exportação da produção rural.

As renúncias tributárias feitas por meio do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), por sua vez, têm uma perda estimada de arrecadação de R$ 41,8 bilhões em 2017. Neste caso, se destacam as isenções de IR para quem tem mais de 65 anos, a aposentadoria por moléstia grave, as deduções no IR com Saúde (R$ 12,69 bilhões neste ano) e Educação (R$ 4,29 bilhões), entre outros. Também há renúncia de mais R$ 46,2 bilhões por meio do IR das empresas.

Nota Paulista atropela LRF sem alcançar objetivos

O Jornal de todos Brasis

ATUALIZADO EM 28/09/2012 - 06:12

Principal bandeira do governo José Serra, a Nota Fiscal Paulista foi responsável por desvios **bilionários dos repasses a municípios, Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), universidades estaduais e escolas técnicas**.

A legislação do ICMS obriga o depósito do imposto a uma conta do Tesouro paulista no Banco do Brasil. Sobre a arrecadação bruta, 25% são automaticamente transferidos para municípios, outros 20% para o Fundeb e 9,57% para as universidades estaduais e escolas técnicas.

Nos últimos 4 anos, a Nota Fiscal distribuiu R$ 7 bilhões em prêmios e créditos distribuídos pela Fazenda. Na hora de contabilizar o valor, no entanto, a Secretaria da Fazenda valeu-se de uma esperteza: **passou a considerar esse pagamento como “devolução de imposto”.**

Fazendo isso, evitava efetuar os repasses sobre os valores distribuídos. Seria o mesmo que tratar os prêmios da Loteria, pela Caixa Econômica Federal, **como devolução de imposto.**

Fazendo isso, atropelou vários procedimentos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Graças a essa manobra, nos últimos quatro anos foram desviados R$ 1,75 bi dos municípios, R$ 1,4 bi do Fundeb e R$ 683 milhões das universidades e escolas técnicas.

Na verdade, dos R$ 7 bi distribuídos, o **Estado de São Paulo bancou R$ 3,1 bi. O restante foi subtraído desses setores. Ou seja, fazia caridade com o chapéu alheio.**

Até hoje não foi divulgado nenhum estudo demonstrando eventuais ganhos de arrecadação com a implantação da Nota Fiscal paulista.

Na época do seu lançamento, funcionários graduados da Secretaria da Fazenda indicavam o **contrassenso de utilizar a NF em grandes estabelecimentos – que, por serem alvos preferenciais da fiscalização, tem baixa propensão a sonegar.** Pagavam-se prêmios sem a contrapartida da

A fim de evitar qualquer viés político no estudo, o Conselho dos Representantes do Sinafresp recomendou a contratação de um especialista sobre as conclusões levantadas. Foi contratado parecer técnico do professor Heraldo da Costa Reis, Coordenador do Centro Interdisciplinar em Finanças da Escola Nacional de Serviços Urbanos do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal).

Além das irregularidades contábeis, o estudo constatou que praticamente **não houve aumento na arrecadação, proporcionado pela NF**. Ela incidia apenas sobre o setor varejista. Ocorre que o incremento, no período, foi no mesmo ritmo dos demais setores de atividades do Estado.

Pelos cálculos, estima-se que **o resultado direto da NF Paulista foi de cerca de R$ 2,2 bi, em valores de agosto de 2012**. Sendo assim, o custo final da Nota Paulista pode ter sido de R$ 4,4 bilhões.

O estudo foi encaminhado ao TCE, MPF, universidades estaduais e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Além das críticas, o trabalho traz recomendações para sanar as imperfeições da Nota Paulista.

Correção

1. o valor correto retido pelo Estado pertencente aos Municípios seria de R$ 851,87 milhões; o valor retido do Fundeb seria de R$ 680,83 milhões; e o valor retido das universidades e escolas técnicas seria de R$ 326,10 milhões. Totalizando: R$ 1,85 bilhão, em valores reais atualizados para agosto de 2012.

2) **Dos R$ 7 bilhões de prêmios e créditos distribuídos, até agora já foram pagos R$ 3,4 bilhões**, **dos quais o Estado de São Paulo bancou R$ 1,6 bilhão.**